



Contract no: 624-0021-C-00-3080-00
Project no: PIO/T 657-0021-3-20015
Contractor: LABAT-ANDERSON
Incorporated
USAID Project Office: USAID/Bissau

2200 Clarendon Boulevard
Suite 900
Arlington, Virginia 22201
USA

Rua Vigário Tenório, n°194
Sala 301 CEP 50.030
Recife, PE
Brasil

Rua Vitorino Costa
Bissau
Guiné-Bissau

Tel: (703) 525-9400
Fax: (703) 525-7975

Tel: (55) (81) 224-2863
Fax: (55) (81) 224-4654

Tel: 245-20-1104
20-1890/2
Fax: 245-20-1185

PN-ABZ-840

**MESA REDONDA SOBRE:
OS ESTRANGULAMENTOS AO DESENVOLVIMENTO
DO SECTOR PRIVADO NA GUINEA-BISSAU**

**OUTUBRO 1995
GUINEA-BISSAU**

TIPS REPORT No.54 P

WP II TC 1A 1-f

Approved by TIPS
March 26, 1996

Submitted to USAID
April 11, 1996

MESA REDONDA SOBRE:
**“OS ESTRANGULAMENTOS AO DESENVOLVIMENTO DO SECTOR PRIVADO
NA GUINÉ BISSAU”**

Organizada conjuntamente pela:

UGREP
(Unidade de Gestão da Reforma das Empresas do
Ministério das Finanças),

GAI
(Gabinete de Apoio ao Investimento do
Ministério do Plano e da Cooperação Internacional),

Instituto do Desenvolvimento Económico
(Banco Mundial), e

Com apoio do Projecto TIPS

Bissau, 4 e 5 de Outubro de 1995

Sala de conferências do Projecto TIPS

ÍNDICE

	Página
I Sumário Executivo	3
II Introdução	6
III Política Geral do Governo	9
a) Formulação e Execução das Políticas	9
b) Políticas Sectoriais	10
<i>política agrícola</i>	10
<i>política de poupança e crédito</i>	11
<i>sistema bancário</i>	12
<i>política de promoção ao investimento directo estrangeiro</i>	13
<i>promoção do sector privado</i>	14
<i>política energética</i>	16
<i>política de formação e valorização de recursos humanos</i>	16
c) Programa de Ajustamento Estrutural	17
IV Recomendações	19
Lista dos participantes	20

/

3

I - SUMÁRIO EXECUTIVO

Teve lugar nos dias 4 e 5 de Outubro de 1995, na sala de conferência do TIPS, em Bissau, um **WORKSHOP** sobre “Os estrangulamentos ao desenvolvimento da actividade do Sector Privado na Guiné Bissau”. Esse **WORKSHOP** foi organizado conjuntamente pela UGREP (Unidade de Gestão da Reforma das Empresas Públicas do Ministério das Finanças), pelo GAI (Gabinete de Apoio ao Investimento, do Ministério do Plano e da Cooperação Internacional) e pelo **Instituto do Desenvolvimento Económico** do Banco Mundial, em colaboração com o TIPS (Projecto da USAID para o Apoio e Promoção do Comércio e Investimento na Guiné Bissau).

Participaram activamente mais de trinta individualidades do **Sector Público**, do **Sector Privado** e das **Instituições Financeiras**.

O objectivo do **WORKSHOP** foi o de ouvir dos participantes e dos operadores económicos em particular, as suas preocupações sobre:

- . quais os maiores estrangulamentos com que depara o Sector Privado no seu processo de desenvolvimento;
- . quais os problemas/estrangulamentos para os quais se devem dar prioridades;
- . que recomendações/soluções propõem; e
- . como o Banco Mundial e/ou outros doadores poderão melhor ajudar a solucionar essas questões.

Foi apresentado uma proposta de plano de trabalho no qual se baseariam as discussões e que consistiria da análise de quatro categorias de factores que normalmente são considerados potenciais estrangulamentos ao desenvolvimento do Sector Privado e que são:

- o clima político (gestão eficaz da economia)
- as capacidades humanas (competência e aptidões)
- as infra-estruturas (materiais e financeiras), e
- o sistema de apoio institucional (mecanismos de ligação público-privado).

No decorrer dos trabalhos os participantes acabaram por chegar a conclusão de que os maiores estrangulamentos ao desenvolvimento económico do país em geral e do sector privado em particular tinha a ver essencialmente com os seguintes factores:

- 1 a inexistência ou má aplicação de políticas sectorias por parte do governo;
- 2 o quadro criado pelo programa de ajustamento estrutural em que o país se encontra engajado;

Em relação ao primeiro ponto, e como exemplo da inexistência ou má aplicação das políticas os participantes foram unânimes em considerar que, embora tenha havido liberalização económica do país em 1986, as políticas e as atitudes não mudaram como seria de se desejar e

de forma a acompanhar as mudanças na prática e nos comportamentos das pessoas, dos operadores económicos sobretudo. Isso faz com que a economia da Guiné-Bissau esteja a navegar, pode-se dizer em dois sistemas. Um sistema de acções concretas em que o Sector Privado é chamado a actuar e um sistema em que as estruturas ainda se encontram montadas em moldes do antigo sistema. O sistema judicial por exemplo ainda funciona em moldes de uma economia orientada pelo Estado e não pelo mercado.

Em relação ao ponto dois os participantes acham que embora o ajustamento seja importante ela não é um fim em si. O ajustamento tem que ser com base no desenvolvimento do país e sobretudo para se desenvolver, é preciso produzir mais riquezas. Pensam por isso que há uma necessidade de se encontrar um modelo em que a economia da Guiné-Bissau se poderá desenvolver. Isso porque o Sector Privado está a navegar dentro de um modelo preconizado pelo Banco Mundial em que está definido a taxa de juro, está definido a restrição ao crédito, há o problema de cumprimento das metas orçamentais do Governo, há o problema da dívida externa e em que tudo isso condiciona o desenvolvimento do Sector Privado.

Os participantes acham que os doadores em geral e o BM em particular podem fazer muito para ajudar o sector privado guineense a ultrapassar a situação de impasse em que se encontra neste momento. Como medidas de apoio apontam as seguintes:

Tendo em conta que para além da questão da formulação e execução de políticas que de certa forma está sendo neste momento a merecer tratamento de outros doadores, o excesso de burocracia constitui outro obstáculo para o desenvolvimento do sector privado e que também merece ser atacado. Dizem estar em curso neste momento uma reforma administrativa que não tem sido mais profunda e eficaz dadas as consequências sociais que comporta. Assim sendo, e para que se possa reduzir o excedente de pessoal da Administração Pública, torna-se necessário que o sector produtivo os possa absorver. Daí pensarem que o BM poderia ter um papel importante na resolução desta questão com a criação de um projecto piloto, que consiga canalizar recursos para financiar iniciativas dos funcionários licenciados. Os fundos poderiam ser geridos pelo sistema bancário e isso seria uma forma de incentivar o estado a prosseguir as reformas em curso. Isso porque para um bom ajustamento deverá o estado ajustar-se no seu tamanho o que diminuiria as despesas e consequentemente a pressão fiscal. O BM tem que continuar a pressionar o Governo no sentido de que o mesmo continue a ajustar de várias maneiras. Primeiro pelo seu tamanho porque quanto maior fôr o Governo maior é a despesa e a pressão fiscal e maior é o dinheiro que é desviado do Sector Privado para o público. Por isso, antes de tudo, o Governo deve ajustar o seu tamanho.

Acham também que embora não se esquecendo do problema de ajustamento o BM poderia servir de mobilizador de recursos externos para a solução do problema de crédito de médio e longo prazo, crédito esse que teria que ser acompanhado de acções concretas em termos de acompanhamento, gestão e formação dos empresários, a fim de se criar de facto uma mentalidade empresarial. Recomendam por isso que os departamentos do BM que segue a aplicação do PAE e o que pretende ajudar o sector privado a desenvolver-se, se coordenem de forma a que a aplicação do programa não venha ela também a constituir um obstáculo ao desenvolvimento do sector privado, embora reconheçam que o ajustamento é necessário ao desenvolvimento da Guiné-Bissau. Propõem portanto que os obstáculos que advêm da execução do PAE sejam analisados numa perspectiva de apoio ao crescimento da economia guineense liderado pelo sector privado e com base numa boa governação.

Desta forma, este encontro deu a todos os participantes a oportunidade de discutirem quais os principais estrangulamentos ao desenvolvimento do país em geral e do sector privado em particular e de analisarem a melhor forma de suprimir esses obstáculos, a fim de permitir a coexistência de um Sector Público eficaz e de um Sector Privado dinâmico que leve o país para um desenvolvimento durável e sustentável económica, política, social e ecologicamente.

II - INTRODUÇÃO

Para abrir a sessão dos trabalhos começou por usar da palavra o Sr. Cesar Barbosa da Unidade de Gestão da Reforma das Empresas Públicas e Mistas, que agradeceu aos presentes por terem aceite o convite de participar no atelier que segundo ele irá ter duas vertentes, uma teórica e outra prática. Na parte teórica irá tentar-se explicar o quadro preparado pelo Banco Mundial que mostra os constrangimentos aos programas de investimento do sector privado. Na parte prática será constituída pequenos grupos para se identificar os problemas da nossa realidade a fim de se tentar encontrar recomendações e soluções para os mesmos problemas.

Se o quadro preparado pelo Banco Mundial não cobrir todos os estrangulamentos concretos da nossa realidade os participantes poderão apontar essas situações. O objectivo portanto do atelier será o de se seleccionar os constrangimentos que dizem respeito a Guiné-Bissau, identificar algumas fontes de financiamento que directa ou indirectamente concorrem em termos de financiamento e finalmente identificar a assistência que o Banco Mundial e/ou outros doadores poderão disponibilizar a Guiné-Bissau.

Seguidamente usou da palavra o Embaixador John Blacken que também agradeceu e deu os cumprimentos de boas vindas a todos os presentes dizendo que o projecto TIPS, mais uma vez se sentia honrado por poder colaborar e acolher este forum da iniciativa do Ministério das Finanças e do Banco Mundial e que se irá debruçar sobre os problemas que dizem respeito ao desenvolvimento da Guiné-Bissau. Diz ficar muito feliz em saber que o Banco Mundial pretende desenvolver um programa para ajudar também o desenvolvimento do sector privado, e que esse programa poderá eventualmente ser complementar ao programa a ser desenvolvido pelo projecto TIPS.

Falou de seguida o Director do GAI, Sr. Ernesto Dabó, um dos patrocinadores do evento que também louvou a iniciativa e dizendo esperar aprender muito com os participantes.

Finalmente usou da palavra a Sra. Isabelle Bleas do Instituto de Desenvolvimento Económico do Banco Mundial, também patrocinador do workshop. Disse que o Instituto que representa se ocupava essencialmente do financiamento e desenvolvimento do Sector Privado. Disse esperar também aprender muita coisa com os participantes sobretudo os da área financeira. Disse ter lido alguma documentação do Banco Mundial sobre o país, mas espera ouvir dos participantes sobretudo dos operadores económicos, do sector formal ou informal, não importa, quais os obstáculos principais que os impede de se desenvolverem. Gostaria que fossem os participantes a discutirem os problemas entre eles, e que fossem eles a escolherem o tema que quizessem abordar, quer seja em grupos de trabalho ou na plenária, mas o que importa seria encontrarem as soluções para os obstáculos identificados de forma a poder-se criar um ambiente favorável ao desenvolvimento do sector privado. Gostaria ainda que os participantes indicassem as prioridades com que esses obstáculos deveriam ser removidos, as soluções para as suas remoções e como é que pensam que o Banco Mundial e outras Instituições de Desenvolvimento poderiam ajudar nas suas remoções.

Disse que ao contrário do que tem acontecido até agora, o Banco Mundial aparecer aqui com projectos para propôr à Guiné-Bissau, o BM agora gostaria que fossem os operadores

económicos a sugerirem o que gostariam que o BM lhes ajudasse a resolver, tendo em conta as condições e necessidades reais do país e dos operadores económicos.

Constata-se haver pouca representatividade do Sector Privado no atelier, mas isso não impediu que se prosseguisse os trabalhos, uma vez que já tinha havido contactos directos com vários empresários nacionais que expressaram directamente a Sra. Bleas quais os principais problemas que segundo esses empresários, impedia o desenvolvimento do sector privado no país.

Seguidamente passou-se a fase de definição da metodologia do trabalho e da forma como se iria trabalhar. A alternativa era entre constituir-se pequenos grupos para discutir os obstáculos específicos de cada sector de actividade ou então discutir-se em plenária e em que todos os participantes falariam dos problemas específicos dos seus sectores de actividade.

Optou-se após prolongada discussão que se deveria trabalhar em plenária em vez de se separar em pequenos grupos.

Os participantes começaram por perguntar a Sr.^a Bleas o que o Sector Privado guineense poderia esperar desta sua missão, ou seja se ela já teria alguma ideia do que é que o Banco Mundial pensa fazer, depois dela apresentar o seu relatório de missão, em relação aos problemas levantados e soluções propostas pelos operadores económicos e sobre a forma como os operadores económicos guineense pretendem que o Banco Mundial lhes ajude a resolver esses mesmos problemas.

A Sr.^a Bleas, representante do Banco Mundial, disse ter vindo a Guiné-Bissau a pedido da divisão dos projectos que trabalha com a Guiné-Bissau. Disse que essa divisão se encontrava completamente perdida em relação ao que fazer para ajudar a Guiné-Bissau e portanto pediram-na que viesse a Guiné-Bissau, já que poderia ter uma forma diferente de ver os problemas. **Disse estar aqui no país para tentar saber o que seria possível fazer para o Sector Privado ou seja para saber como é que o Sector Privado guineense pensa que o BM lhes pode ajudar a resolver os seus problemas.** Por isso é que ela insiste em ouvir dos participantes quais as suas necessidades prioritárias, e quais os obstáculos a remover.

Seguidamente os participantes pediram a Sra. Bleas que falasse da sua experiência nos outros países relativamente a abordagem desta questão.

A Sr.^a Bleas falou da sua experiência no que concerne ao relacionamento institucional entre o Sector Privado e o Sector Público, ou seja dos mecanismos de ligação que poderão existir entre esses dois sectores. Começou por dizer que o importante é que as pessoas saibam que para que o desenvolvimento do país tenha êxito, tem que haver um trabalho de parceria real entre o Sector Público e o Sector Privado.

Do ponto de vista de mecanismo institucional acha que isso depende das condições reais do país e da vontade política do Governo. **Se o Governo fôr muito aberto, é ele quem procura essa parceria e estabelece esse mecanismo de ligação. Por vezes é o Sector Privado que faz pressão sobre o Governo para que esse mecanismo seja estabelecido e por vezes são os doadores que fazem com que os dois sectores sintam a necessidade dessa parceria.**

Em relação a sua experiência pessoal, falou de Madagáscar em que lhe foi pedida no domínio da formação e informação que trouxesse experiências de outros países de forma a conhecerem a melhor forma prática de desenvolver o Sector Privado. Em Madagáscar, o Sector Privado pediu que lhes ajudasse no sentido da motivação e sensibilização do povo, dado haver uma instabilidade política enorme que não é o caso da Guiné-Bissau, e **o Sector Privado no Madagáscar está consciente de que não é possível fazer avançar as coisas e que não podem esperar nada do Governo** no estado actual das coisas. Por isso uma pequena parte do Sector Privado **decidiu desenvolver um programa de sensibilização pública, quer a individualidades do Sector Privado como do Sector Público, convidando os Ministros para os pequenos almoços, publicando artigos nos jornais sobre a privatização.**

Pouco a pouco se foi estabelecendo actividades, a pedido dos privados, tais como estratégia de exportação em que participam os privados, a administração pública, as ONG's, os deputados, em que se estabelecem comités de seguimento encarregues de propôr reformas concretas ao Governo, através dum comités de reflexão. Na Ilha Maurícia, não havia uma tradição empresarial, havia somente a produção do açúcar, havia agricultores que produziam o açúcar e não havia empresários reais. Há cerca de vinte anos a Ilha Maurícia teve a consciência de que não tinham nenhum meio de fazer desenvolver essa pequena ilha a não ser pela exportação, tinham a sorte de ter uma mão-de-obra abundante e barata, que é o caso aliás da Guiné-Bissau, que também é um país pequeno, aproveitaram por isso essa mão-de-obra, atraíram os investidores estrangeiros e produziram para a exportação.

Na Ilha Maurícia, para o desenvolvimento do Sector Privado, criaram diferentes estruturas, em geral sob tutela do Ministério da Indústria, criaram o Joint Economic Council (JECA) que representa os interesse de todo o Sector Privado, comercial, agrícola, industrial, e que se reúne duas vezes por ano com o Governo e sistematicamente quando alguém do Sector Privado tem algum problema relacionado com a política governamental, impostos, taxas. O JECA, tem acesso directo ao Governo e é um grupo de pressão muito forte, não no sentido negativo mas sim no sentido positivo de trabalhar com o Governo para o encontrar de soluções para os problemas gerais do país. E o importante é o facto de terem acesso directo e imediato ao Governo.

O estabelecimento de um mecanismo de ligação entre o Sector Público e o Privado não é difícil, é somente uma questão de vontade.

Das exposições e debates que se seguiram pode-se realçar que na Guiné-Bissau o problema do desenvolvimento do país em geral e do sector privado em particular se poderia resumir nos seguintes aspectos:

1. **Políticas Gerais do Governo;**
2. **Programa de Ajustamento Estrutural.**

III - POLÍTICA GERAL DO GOVERNO

a) Formulação e Execução das Políticas

Os participantes foram da opinião de que o Governo é de certa forma responsável pelos problemas que o país está a atravessar, devido a má política adoptada no passado. Pois não obstante ter-se reconhecido que a agricultura deveria constituir a base para o desenvolvimento do país, e o governo ter declarado, logo após a independência, o sector agrícola como sendo o sector estratégico para o desenvolvimento da economia nacional, verifica-se passados 20 anos após a independência, que nada de palpável se fez nesse domínio, não obstante ter-se gasto milhões de dólares em projectos no sector agrícola. **Um factor que consideraram impeditivo do desenvolvimento é a inexistência de uma política coerente de desenvolvimento do país, e pensam que sem essa política não será possível desenvolver-se o país.** Quanto a política inter sectorial, pensam que deveria haver maior colaboração entre os diferentes departamentos estatais.

Outro aspecto que os participantes dizem constituir obstáculo ao desenvolvimento do país é a ausência de uma política de desenvolvimento inter-sectorial. **Acham que há muita duplicação de esforços em termos de acções que são desenvolvidas simultaneamente em várias instituições sem que haja uma concentração de esforços, o que provoca desperdício de recursos quer humanos quer financeiros.**

Outra questão que os empresários também focaram como sendo importante é o estabelecimento de um quadro regulamentar que seja claro e transparente para toda a gente. Deve-se melhorar o sistema jurídico. O Estado precisa criar um sistema jurídico fiável e que funcione, e criar leis que se adaptem ao novo sistema, de economia de mercado, que se diz pretender instituir. A lei da terra precisa ser modificada. A lei do trabalho idem. Realçam a necessidade de se efectuar a revisão do código comercial que foi adoptado do código comercial português, e que na realidade nunca existiu na prática.

Pensam que não obstante o estado ter a partir de 1986 mudado a sua política económica, continuou-se sentindo a sua mão na economia, com leis ultrapassadas que continuam a constituir barreiras ao Sector Privado. Ou seja que em traços gerais a Guiné Bissau passou de uma economia planificada e centralizada para uma economia de mercado e com a participação do Sector Privado. Porém pensam que as políticas, as atitudes e as estruturas não mudaram como seria de se desejar e de forma a acompanhar as mudanças na prática e nos comportamentos das pessoas, dos operadores económicos sobretudo. Isso faz com que a economia da Guiné-Bissau esteja a navegar, pode-se dizer em dois sistemas. Um sistema de acções concretas em que o Sector Privado é chamado a actuar e um sistema em que as estruturas ainda se encontram montadas em moldes do antigo sistema, constituindo por isso um obstáculo ao desenvolvimento do Sector Privado.

Para além dos estrangulamentos já mencionados, **apontam ainda o excesso de burocracia e de funcionários públicos como sendo outros obstáculos a combater através de uma boa reforma administrativa.** Lamentam que o estado pelas consequências sociais que tem não possa levar a cabo uma reforma administrativa mais profunda e mais eficaz.

b) Políticas Sectoriais

política agrícola

Se se pretender desenvolver alguns sectores da economia do país, a agricultura é um exemplo, já que o país é grande consumidor de produtos agrícolas. O país importa entre 60 a 80 mil toneladas de arroz por ano. **Não existe uma política coerente entre o desenvolvimento agrícola e o desenvolvimento doutros sectores. Por exemplo apela-se aos camponeses no sentido de aumentarem a produção agrícola mas no entanto não se lhes garante o escoamento dessa mesma produção para os centros consumidores, ou seja não existem intermediários para escoamento desses produtos.** Quando assim acontece, os produtos acabam por se estragar e o camponês não se sente mais motivado para produzir excedentes agrícolas, o que é prejudicial ao desenvolvimento do sector.

A Sr^a Bleas fez um parentesis para afirmar que dos poucos encontros que já teve com alguns empresários em particular, pôde depreender que o sector agrícola é um sector muito importante, e que considera mesmo que o desenvolvimento do país terá que passar obrigatoriamente pelo desenvolvimento desse sector pelo que se lhe deve ser dada atenção particular.

O problema que se põe, é como financiar projectos agrícolas, uma vez que a dívida do país já é enorme e o país não poderá comportar mais empréstimos. É preciso desenvolver uma política agrícola orientada para exportação e que possa gerar divisas para o país e também auto-suficiência alimentar.

O país está condenado a desenvolver a agricultura e tem que ser através de financiamentos de médio e longo prazo. De outra forma não será possível. Porém todos conhecem o problema de crédito neste país. É preciso também criar um banco agrícola para se poder dar efectivamente um apoio a agricultura.

O Ministério da agricultura deve criar condições para o desenvolvimento da nossa agricultura. Deve-se criar condições para o aumento da produção agrícola tanto no que diz respeito a produção de produtos alimentares continuando a dar apoio ao agricultor tradicional que é o que produz os produtos alimentares. mas também deve-se tentar virar a nossa produção para produtos exportáveis.

Os participantes pensam que o BM poderia contactar governos de vários países no sentido de doarem inputs agrícolas ao país, inputs esses que poderiam depois ser comercializados através do sector privado.

Os participantes acharam ainda que uma das áreas que poderiam beneficiar da ajuda do BM ou a O.I.C. seria no financiamento dos stocks. A Guiné Bissau nunca teve diligências nesse sentido. Isso pode proteger o produtor numa fase inicial. O produtor produz mas tem dificuldade na comercialização, que é um problema que se coloca aos países em desenvolvimento quando se começa uma actividade. Primeiro precisa de financiamento de stock e depois de produzir precisa de financiamento por um certo período até que consiga vender o produto.

política de poupança e crédito

Conseguindo criar as condições básicas para o desenvolvimento do Sector Privado, põe-se uma outra questão: os meios necessários para desenvolver o sector. Isso só é possível através de créditos.

Os operadores guineense e os tomadores de decisão conhecem a situação em que se encontra o país. As poupanças internas são negativas o que significa que o país vive de ajudas externas, e mesmo o Sector Privado também está a viver de ajudas externas. O crédito é limitado com taxas de juro bastante altas o que faz com que o Sector Privado tenha um campo de acção bastante limitado.

O maior estrangulamento deste país é o sistema de crédito que falha porque ninguém honra os seus compromissos o que leva as instituições a endurecerem as suas condições de concessão de crédito, e consequentemente os custos de crédito por sua vez tornam-se maiores. Sem a possibilidade de se recuperar os créditos, não haverá possibilidade de se conceder novos créditos para investimento.

A maior dificuldade tem a ver com o recurso ao crédito de médio e longo prazo. No entanto, há também limites ao crédito para operações de curto prazo, pelo que a **solução desse problema** passará por uma alternativa e uma alteração das condições do Banco Mundial que deverá fazer um arranjo entre os sectores que deverão ser desenvolvidos e a banca, como já foi feito no passado há cinco ou seis anos atrás, em que havia acordos nos programas estruturais para determinadas áreas de desenvolvimento em que eram estabelecidos protocolo de acordos entre o Banco Mundial e a banca para gerir fundos direccionados para determinadas áreas.

Um outro aspecto em que o Banco Mundial poderia dar o seu apoio é na canalização de fundos de médio e longo prazo que poderiam ser geridos pelo sistema bancário já existente. Não é possível desenvolver nenhum sector da economia deste país sem haver meios para o fazer. O país não tem capacidade de criar sistemas de créditos de médio e longo prazo, aí pede-se que as instituições estrangeiras considerem a possibilidade de se engajarem nisso e dar oportunidade de se criar estruturas de investimento nos sectores **chaves da economia**. Há que se criar alternativas para facilitar aos empresários o acesso ao crédito. Por isso propõem que se crie um sistema de concessão de crédito a esses empresários. Caso contrário acham que a Guiné Bissau não irá progredir. A inflação neste país é grande e quando se recorre ao crédito e se fala em pagar 30% de taxa de juro que é a taxa do mercado, está-se a falar de um terço da operação que fica no banco mas que não é lucro do banco.

Acreditam que a formação dos empresários é fundamental. Concordam com que se dê formações aos empresários mas perguntam qual é a vantagem em se formar pessoas para depois ficarem sem condições de trabalhar e não terem nenhum acesso a crédito. É preciso que haja um acompanhamento dos financiamentos concedidos aos operadores económicos.

Foi realçado que enquanto não houver financiamentos de médio e longo prazo, com regras definidas de utilização, não será possível haver desenvolvimento. O problema de concessão de crédito não é discriminação. A questão é que as pessoas pedem mas não repõem depois. Os

financiamentos na Guiné-Bissau devem ser bem determinados de modo a saber a quem se deve financiar, como se deve financiar, em que áreas se deve financiar e para quem se deve financiar.

Para isso, foi reforçado a ideia do BM de que não pode haver desenvolvimento sem financiamento a médio e longo prazo. O BM, através de outros países, poderia financiar sem dificuldades a Guiné Bissau porque é um país que tem potencialidades mas em que ajustamentos sem financiamentos não são possíveis. Esses financiamentos a curto e médio prazo terão que ter um conjunto de medidas entre o BM e um organismo a ser criado na Guiné Bissau que controlará conjuntamente com a banca para que os assuntos sejam controlados e acompanhados. Porque qualquer financiamento que venha a ser conseguido sem que seja acompanhado o desenvolvimento do investimento, será dinheiro perdido. A experiência do passado mostra-nos que qualquer financiamento que tenha sido feito sem um acompanhamento pouco tempo depois morre sem que tenha dado qualquer fruto e o dinheiro que foi investido fica perdido. Devido a essas experiências, dizem que é necessário financiar mas que também é necessário acompanhar o desenvolvimento do financiamento.

A situação de créditos mal parados neste país é a consequência de uma estrutura que sempre se manteve e a qual os bancos têm grande dificuldade em ultrapassar. Muitas das vezes os operadores não têm capacidade de gerir os créditos que pedem e conseqüentemente acabam em dívidas. Com isso o banco executa as garantias reais, põe isso à venda e quem vai comprar?, se ninguém neste país tem condições económicas e financeiras para adquirir a estrutura da garantia real que foi dada ao banco para tais financiamentos. As estruturas não podem funcionar se o sistema jurídico e judicial não funcionam ou são muito morosos. Tudo isto constitui uma série de limitações para o sistema bancário.

sistema bancário

Os participantes perguntam como é que as poupanças podem ser canalizadas para o Sector Privado se não houver uma intermediação financeira no país? Os participantes acham que o sistema bancário não está a funcionar da melhor forma e que há necessidade de se criar mais instituições bancárias no país. Diz que é muito mais fácil pedir dinheiro emprestado no banco, pegar nesse dinheiro e troca-lo no mercado paralelo e depois enviar esse dinheiro para Lisboa, em vez de estar a perder tempo com bancos. Esse processo é mais rápido e mais barato. Dizem que as pessoas fogem dos bancos porque estes não funcionam como deveriam. E isso é um grande estrangulamento para o nosso desenvolvimento. É necessário também que o ambiente seja favorável e que haja concorrência no sector financeiro. Acham que a concorrência que existe hoje no sistema bancário se pode chamar de concorrência entre primos.

Os representantes do sistema financeiro pensam que se houver uma terceira instituição que queira assumir os riscos da Guiné Bissau, ela será bem vinda, porém aconselharam os participantes ao uso do sistema bancário, o uso dos cheques sobretudo, a fim de poder haver mais credibilidade no sistema bancário, o que é muito importante, pois evita estar-se a andar com sacos e malas cheios de dinheiro. Pedem que se façam as transacções através dos cheques bancários ou visados, isso porque o cheque visado é dinheiro cash. Se não, estaremos condenados eternamente a contar e recontar montanhas de dinheiro e a colocar o país numa dificuldade, isso porque cada emissão de notas custa muito dinheiro ao país. Fez-se um apelo no sentido de se começar a confiar mais uns nos outros porque o cheque visado é dinheiro vivo.

O representante do BIG diz que haver muita irregularidade no sistema financeiro e que infelizmente o sistema o permite. Quando estão abertas três casas de câmbio e estão autorizadas mais cinco, isso quer dizer que o país irá continuar mergulhado nessa irregularidade, e isso pode conduzir a descapitalização dos bancos porque se as receitas de exportação começam a circular no mercado paralelo, elas não retornam ao estrangeiro, os bancos ficam sem cobertura no exterior e conseqüentemente não podem efectuar pagamentos. As casas de câmbio não têm autonomia para fazer transferências, nem assumir pagamentos contra pesos.

Em relação a política de créditos, o Sector Privado queixou-se de não ter acesso aos créditos. Reconhecem que no passado houve más experiências com os créditos, admitem que o Sector Privado foi em certa medida responsável nessa primeira tentativa de financiamento para a privatização do país, acham porém que não se deve continuar a pensar nisso, e que se deve continuar para a frente.

Perguntam se haveria a possibilidade de se praticar uma política de crédito selectiva, com taxas de juros diferentes para os diferentes tipos de investimentos.

Criticam o sistema financeiro dizendo que não chega às zonas rurais e que por isso quem funciona como banco no sector rural são os próprios empresários, mas que infelizmente o sistema jurídico não funciona para lhes ajudar a cobrar as suas dívidas.

Os participantes constataram que esses são os problemas que precisam ser resolvidos o mais rápido possível.

política de promoção ao investimento directo estrangeiro

Em relação a atracção do investimento estrangeiro, os participantes são da opinião de que existem obstáculos que têm a ver com coisas que não se relacionam com questões macro-económicas e que têm a ver tão simplesmente com problemas de, por exemplo, não se responder atempadamente as correspondências de um potencial investidor estrangeiro, com problema de mau encaminhamento e tratamento de potenciais investidores, com problemas de não informação adequada dos potenciais investidores, com problemas de não se disponibilizar as divisas aos exportadores, e com problemas de se penalizar os exportadores em vez de os subsidiar, coisas que não atraem os potenciais investidores estrangeiro.

Sendo a Guiné-Bissau um país com cerca de um milhão de habitantes e sem poupança interna para estimular a economia, a Guiné-Bissau deveria adoptar como estratégia de desenvolvimento a atracção de investimento directo estrangeiro.

Os participantes consideram que para que se possa pensar nessa estratégia, é necessário que os tomadores de decisão da Guiné-Bissau se ponham no lugar dos potenciais investidores estrangeiros, cujo principal objectivo é arranjar um melhor país onde aplicarem de forma mais rentável possível as suas economias. Ao compararem os países, os potenciais investidores, consideram em primeiro lugar os riscos existentes em cada um desses países. Isso porque um país pode ter um potencial de lucro muito elevado mas também comportar um maior risco,

logo esse país poderá não ser atraente para o potencial investidor estrangeiro. Por isso, há necessidade do país que pretende utilizar a estratégia de atracção do investimento estrangeiro directo, criar condições e ambiente favorável ao investimento estrangeiro.

Para além disso, e por a Guiné-Bissau ser um país com um mercado muito reduzido, se pretende atrair investimento estrangeiro terá que dar garantias ao investidor de que ele poderá exportar os seus produtos para os países vizinhos com os quais o país deverá ter por exemplo, relações privilegiadas e acordos de integração regional. Ou seja um país que seja pequeno e que pretenda atrair investimento directo estrangeiro deverá adoptar uma política comercial de importação e exportação o mais liberal possível. São exemplo desses países entre outros, o Panamá, a Singapura, a Ilha Maurícia, etc., que são países que souberam explorar a sua situação geográfica e o seu tamanho. Países grandes como a Nigéria, já não precisam adoptar esse tipo de política. Pode-se investir na Nigéria só contando com o mercado interno porque é um país grande. A Guiné Bissau já não pode dar-se a esse luxo.

Reconhecem por isso que a política da Guiné-Bissau tem que se virar para uma política da criação de um centro comercial na África Ocidental a fim de atrair mais investimentos.

Acham que a Guiné Bissau tem que se virar para o exterior, já que em autarcia não tem capacidade de sobrevivência. A Guiné Bissau que tem uma balança de pagamentos negativa e que sofre influências do exterior, tem obrigatoriamente que ser um país de economia aberta, e precisa saber jogar em termos de preços e de qualidade. Não se pode dar ao luxo de praticar o protecçãoismo.

Acham que ultimamente tem-se falado muito sobre a zona franca. Pensam que a zona franca tem as suas vantagens e seus inconvenientes. Acham que uma das vantagens para a entrada na Guiné-Bissau na Zona Franca é a estabilidade monetária, condição necessária para se atingir o desenvolvimento. Reconhecem contudo que será necessário saber utilizar essa estabilidade monetária melhor do que fizeram até aqui os países membros nos últimos vinte anos. Acham que a zona franca ou CEDEAO são os grandes espaços que permitirão no futuro que países como a Guiné-Bissau não percam o comboio do desenvolvimento. Um país de 36 mil Km² e de um milhão de habitantes, 300 milhões de PIB, único, numa sub-região de duzentos milhões de habitantes, não pode continuar assim, ou entra na zona franca como solução para pertencer a uma sub-região ou então não entra mas tira vantagens do facto de não estrar. Até agora ainda não se tirou nenhuma disso. A adesão à zona franca não pode ser exclusivamente da responsabilidade do Governo. A responsabilidade também é da ANP (Assembleia Nacional Popular) e depois deverá haver um consenso geral sobre isso, com a participação do sector privado, da sociedade civil, de forma a ser assumida por todos.

promoção do sector privado

Os participantes acham que é preciso mudar as mentalidades, sobretudo dos governantes e dos tomadores de decisão a fim de se permitir o desenvolvimento do Sector Privado. O Estado deve assumir o seu papel de regulador, de promotor, de impulsionador e de criador de condições e deixar crescer o Sector Privado que precisa ser autónomo. Há ainda muita arbitrariedade, irregularidade e dualidade que vêm demonstrar que o Estado não está a seguir as regras de jogo da abertura económica e da economia de mercado.

Os participantes não pretendem que se esclua a participação do Estado na produção, mas acham que o mesmo deve dar oportunidade ao Sector Privado, embora reconheçam que há sectores onde o Estado deve continuar a ser activo.

Os participantes acham por outro lado que é preciso caracterizar os empresários, e a política empresarial guineense? Acham que o privado guineense se deve caracterizar pela sua capacidade em assumir o risco e resistir ao consumismo imediato. Deve caracterizar-se pela sua capacidade de identificar oportunidades para poder traçar ou elaborar projectos e ser capaz de investir de forma mais correcta.

Acham que a consciencialização dos empresários guineense, é uma responsabilidade que o Sector Privado precisa assumir. O privado deve começar a saber responsabilizar-se pelas suas iniciativas e actos e saber que vai ter que utilizar as suas poupanças e não continuar com o mesmo sistema que tem sido utilizado pelos nossos privados, que é de limitarem a ser capatazes das empresas de Estado. Precisam sentir necessidade de lutar por aquilo que é deles.

Acham que a Câmara do Comércio (CCIA) deveria ser o interlocutor junto ao Governo mas ainda não teve a oportunidade de desempenhar esse papel. Isso é um estrangulamento do qual não se pode responsabilizar o Governo. O Sector Privado precisa arcar com a sua responsabilidade porque é preciso haver diálogo entre as instituições, visto o Governo não poder dialogar individualmente com cada operador económico. Os representantes dos operadores económicos (a Câmara do Comércio e as diferentes associações) devem estar operacionais, e o facto de não estarem é uma falha muito grave.

As associações queixam-se da falta de apoio da parte do Governo. Acham que os entraves que o Sector Privado tem enfrentado se devem muitas vezes ao facto de factores políticos se sobreporem a factores económicos.

Dizem que as associações neste momento têm estado a atravessar graves estrangulamentos, como por exemplo, falta de instalações. Houve sugestões de várias associações no sentido de formarem um grupo de pressão, lobbying, para ver se o Governo consegue dar a sua contribuição. Perguntam porque não se arranja uma casa onde todas as associações poderiam ser sediadas, onde poderiam usufruir dos mesmos serviços e ajudarem umas às outras. As associações não podem viver apenas da quota e das jóias e nem podem sobreviver aos encargos sem ajuda do Governo.

Abordou-se ainda a questão de como fortalecer o Sector Privado através da privatização das empresas públicas. Isso porque não obstante ter sido lançada a privatização das empresas públicas não tem aparecido interessados. Perguntam porquê? Acham que, se não aparecem estrangeiros, os nacionais muito menos poderão aparecer devido a situação económica em que se encontram. Perguntam nesse caso para quê a privatização? Acham que até aqui a privatização foi vista como fonte de receita extraordinária. Pensam porém que o Estado deve pôr de lado essa filosofia, fonte de receita extraordinária, e olhar mais o aspecto económico da privatização e menos o seu aspecto financeiro. Propõem que seja revista o processo de privatização que acham poder ser feita de várias formas. Acham que o Estado não se deve preocupar muito com as receitas provenientes da venda dessas empresas mas sim preocupar-se com a capacidade de funcionamento delas, com a geração de empregos e com o reactivar da economia. Esta, acham, é que deve ser a maior preocupação do Estado. Isso porque o dinheiro

já foi investido e o Estado está neste momento a pagar dívidas desse investimento. Deram como exemplo o Complexo de Cumeré e outras empresas que não funcionam e que não se consegue privatizar estando contudo o Estado a amortizar esses investimentos. Pensam que se poderia tentar minimizar os custos dessas empresas públicas, fazendo com que os nacionais se juntem, e façam-nas funcionar. Convém no entanto ter em conta que privatizar não significa abandonar o privado, pelo contrário significa apoiá-lo da melhor forma possível.

política energética

Os participantes acham que o estado deve elaborar com a máxima urgência uma estratégia de desenvolvimento energético para o país. Isso porque analisando o contexto da sub-região, a Guiné Bissau e aquele que mais se depara com carências de energia, elemento muito importante para a realização de qualquer actividade económica. Dizem que na Guiné-Bissau existe a possibilidade de se construir a barragem de saltinho, faltando no entanto financiamento para isso. Acham que o BM pode e deve ajudar nesse domínio, de forma a que, o país possa desenvolver as suas potencialidades hidroeléctricas, muito importantes para o seu desenvolvimento económico.

política de formação e valorização de recursos humanos

Os participantes consideram que um outro obstáculo ao desenvolvimento do Sector Privado é a formação, pois não se pode pôr recursos financeiros a disposição de alguém que não é capaz de o gerir. Por outro lado acham que faz falta aos empresários guineenses o contacto com outros empresários mais experientes e que possam transmitir os seus conhecimentos de modo a poderem saber o que fazer com os recursos financeiros e a forma de tirarem maior proveito do seu uso.

Constata-se assim que um dos grandes estrangulamentos ao desenvolvimento do país em geral e do sector privado em particular tem a ver com o problema dos recursos humanos.

Os participantes consideram que a política do Governo em relação ao recurso humano não vai de encontro às necessidades do Sector Privado. Há falta de mão-de-obra qualificada e o pior é a má utilização da pouca mão-de-obra qualificada existente.

Consideram que os recursos humanos são a fonte para o desenvolvimento da nossa economia e que sem uma política de valorização dos recursos humanos e um planeamento de sua utilização de forma eficaz, não poderemos ter desenvolvimento. Recomenda-se portanto que haja uma planificação do desenvolvimento dos recursos humanos do país.

Recomendam que as acções de formação sejam realizadas no sentido de se formar pessoas nos domínios necessários ao desenvolvimento do país,

Por outro lado consideram muito deficiente a política de emprego praticada pelo Sector Privado. Acham que o Sector Privado não emprega quadros técnicos como seria de se desejar. Chamam a atenção dos operadores económicos para apostarem na utilização de quadros técnicos.

Dizem que existem outros factores, como por exemplo, de ordem de capacitação de recursos humanos, de apoio material e de incentivos que também constituem factores que estrangulam o desenvolvimento do sector privado.

Deste modo, pedem ao BM que apoie o país nesse domínio, através da criação de condições para formação, e superação de quadros técnicos.

c) Programa de Ajustamento Estrutural

Os participantes consideram que há uma necessidade de se encontrar um modelo em que a economia da Guiné-Bissau se poderá desenvolver. Isso porque o Sector Privado está a navegar dentro de um modelo preconizado pelo Banco Mundial em que está definido a taxa de juro, a restrição ao crédito, o problema de cumprimento das metas orçamentais do Governo, o problema da dívida externa e em que tudo isso condiciona o desenvolvimento do Sector Privado.

Por isso os participantes acham que é aí que o Banco Mundial deveria começar. Tentar saber o que é que se pode fazer em termos de apoio ao Sector Privado num país com as características da Guiné-Bissau.

Os participantes reconheceram a contradição que existe entre o problema de ajustamento estrutural e o apoio que se pretende dar ao desenvolvimento do Sector Privado. Pensam que embora sendo importante a questão do ajustamento, uma vez que se deve controlar os indicadores macro-económicos, só isso não é suficiente para que o Sector Privado tenha um ambiente propício ao seu desenvolvimento. São da opinião de que paralelamente há que se tomar medidas que têm a ver com taxas aduaneiras a aplicar, impostos a aplicar, etc.

Por isso é que pensam que há que deixar isso bem enquadrado, pois tentar falar do desenvolvimento do Sector Privado esquecendo-se do problema do ajustamento é completamente errado. Acham que quando se ajusta, é a economia no seu todo que deverá se ajustar. São da opinião de que é preciso ajustar, que o ajustamento é importante mas que não é um fim em si.

O ajustamento tem que ter como finalidade o desenvolvimento do país, por isso a questão deveria ser posta nos seguintes termos: como é que o Sector Privado guineense pode viver e desenvolver-se num quadro macro-económico bastante restritivo como o actual quadro em que está a viver. Pensam portanto que há necessidade de se fazer ver ao Banco Mundial que os dois departamentos têm que se compatibilizar, sabendo que estão num país em que se está aplicar um determinado tipo de programa e que num ambiente desses o Sector Privado está limitado à aplicação desse mesmo programa.

Por um lado há a pressão para se deixar o Sector Privado desempenhar o seu papel de impulsionador da economia, mas por outro lado há pressões no sentido de que o Governo deve aumentar a recolha de receitas fiscais, deve honrar as suas dívidas externas e essas duas pressões estão-se a passar na mesma economia. Propõem que os obstáculos ao desenvolvimento do Sector Privado sejam portanto analisados a luz do quadro de ajustamento em que o país está empenhado a realizar.

Os participantes acham que as discussões foram boas e pensam que a representante do BM, ao assistir essas discussões, pode constatar que há diferenças de abordagem e isso poderá contribuir para enriquecer a maneira como se pensa do país, e a imagem que a Guiné Bissau transmite no exterior. Dizem que normalmente a norma é juntarem a Guiné-Bissau com os países francófonos, ou com os anglófonos e dizer que a África é uma homogeneidade. Acham que a África é mais heterogênea do que se pensa.

Em termos de mensagem para o BM, pensam que este organismo, no quadro do programa do ajustamento estrutural, deveria tentar conciliar aquilo que nem a Guiné-Bissau nem a maior parte dos outros países conseguiram fazer, que é ajustar e crescer. Acham que normalmente há um grande conflito entre o ajustar e o crescer. Isso porque quando se tenta crescer, há um disparo da taxa de inflação e põe-se automaticamente o problema do ajustamento. Como o país não tem poupança, tem que a ir buscar no exterior o que origina problemas enormes de desequilíbrios externos com reflexos também no sector interno. Acham que, de qualquer das formas, ajustar por si só tem demonstrado não ser suficiente, já que o país não pode continuar indefinidamente a ajustar. Pensam que ajustar significa ter um momento de paragem, para depois se sair desse processo de ajustamento. Por isso recomendam que o BM tente conciliar o ajustar e o crescer.

Por outro lado consideram também que a instituição do BM vocacionada para o financiamento tem que ter a noção de que a Guiné Bissau necessita de capital. Reconhecem que a Guiné-Bissau para investir precisa primeiro de poupar o que no contexto actual é impossível. Por isso consideram que para se ajudar a Guiné-Bissau, o BM mundial deveria liderar um grupo de doadores no sentido de porem recursos financeiros a disposição da Guiné Bissau. Intervenção que pensam, poderia ser da responsabilidade do departamento do BM virado para o financiamento. Esse recurso poderia ser posto a disposição de estruturas que poderiam colaborar com projectos como o Projecto TIPS que trabalha no sentido de aumentar de forma sustentável o nível da actividade económica do sector privado nas áreas que considera sectores críticos para o crescimento da Guiné-Bissau por serem sectores geradores de divisas que poderão ser reinvestidas no país, através de concessões de créditos de médio e longo prazo nessas áreas.. Acham que se deveria complementar a actividade do Projecto TIPS, com outras formas de apoio, pois o projecto por si só não pode dar frutos.

Consideram ainda que o BM deveria continuar a pressionar o Governo no sentido de continuar a ajustar-se de várias maneiras. Primeiro, no seu tamanho. Isso porque quanto maior fôr o Governo, maior será a despesa e consequentemente, maior a pressão fiscal, o que significa que maior quantidade de dinheiro será desviado do Sector Privado para o Público. Por isso pensam que, antes de tudo, o Governo deve ajustar-se no seu tamanho.

Por outro lado pensam ainda que, o Governo tem de se ajustar através da criação de um sistema fiscal funcional, que incentive o Sector Privado e que conduza a formalização da nossa economia. Acham que o sector informal atingiu proporções que tem que ser eliminado a todo o custo. Pensam que uma forma de combater isso seria pela criação de impostos que podem ser pagos, e pela criação de incentivos que não os faça regressar de novo ao sector informal. Consideram que a melhor forma seria criar um sistema que atraia o informal para o formal.

IV - RECOMENDAÇÕES

As principais recomendações apresentadas pelos participantes para a solução dos problemas atrás levantados foram as seguintes:

- *Que na formulação das políticas de desenvolvimento do país se reflita o novo sistema económico que se pretende imprimir, uma economia orientada pelo mercado, e que as atitudes dos governantes e dos tomadores de decisão sejam compatibilizadas com essa nova orientação;*
- *Que sendo o sector agrícola, o sector estratégico para o desenvolvimento da economia guineense, recomendam que o BM envie esforços no sentido de se conseguir doações de recursos financeiros (para financiamento de projectos agrícolas e financiamento de stocks) e de inputs agrícola que seriam canalizados para o sector privado através de mecanismos a desenvolver;*
- *Que o BM envie esforços no sentido de mobilizar e canalizar fundos para empréstimos de médio e longo prazo com regras bem definidas de sua utilização com acordos nos programas estruturais para determinadas áreas consideradas críticas para o crescimento do país e que sejam estabelecidos protocolos de acordo entre o BM e a banca para a gestão desses fundos;*
- *Que seja incentivada maior concorrência no sistema bancário através da atracção e/ou criação de mais bancos privados para actuarem no país;*
- *Que sendo a Guiné-Bissau um país sem poupança interna e com um mercado consumidor muito exíguo, que se adopte uma estratégia de desenvolvimento voltada para o exterior, pela atracção do investimento directo estrangeiro e pela adopção de uma política comercial liberal e de integração regional;*
- *Que sendo a Guiné-Bissau um país pequeno, 36 mil km², um milhão de habitantes, 300 milhões de PIB, unico portanto na sub-região, e que sendo os grandes espaços, Zona do Franco e a CEDEAO, que permitirão no futuro que países com características da Guiné-Bissau se desenvolvam, recomendam que o governo, assembleia nacional popular, sector privado e a sociedade civil em geral, decidam de forma consensual pela adesão da Guiné-Bissau na Zona do Franco;*
- *Que tendo em conta que a energia é um elemento importante para o desenvolvimento de um país e que a sua carência e o seu custo podem inviabilizar qualquer actividade económica, recomendam ao BM que envie esforços no sentido de se mobilizar recursos para a construção da barragem do saltinho depois de garantida a sua viabilidade económica;*
- *Que sendo os recursos humanos o capital mais importante para o desenvolvimento de qualquer país e considerando que não existe uma política de formação e de emprego no país, recomendam que o BM apoie o governo nesses dominios;*

- *Que embora sendo o ajustamento necessário para o desenvolvimento do país, ele só por si não é suficiente pelo que recomendam ao BM que no quadro do programa do ajustamento estrutural, tente conciliar a problemática do ajustamento com a do crescimento;*
- *Finalmente recomendam que o BM continue a pressionar o governo no sentido do cumprimento das metas fixadas e sobretudo no prosseguimento das reformas administrativas em curso e que o BM ajude o país a atenuar as consequências sociais que poderão advir dessa reforma.*

Para terminar os trabalhos do atelier, o Sr. Embaixador John Blacken agradeceu mais uma vez a todos pela sua participação e colaboração e pediu a Sra Bleas do BM que transmita as preocupações apresentadas pelos participantes aos seus superiores. Disse que, o intercâmbio de ideias ocorrido nos dois dias que decorreram os trabalhos foi muito importante e produtivo, dando o exemplo da discussão sobre as realidades dos bancos como podendo vir a contribuir para o seu melhoramento. Disse que a maior parte dos doadores enfrentam neste momento sérios problemas internos pois na maioria das vezes a ajuda externa não é bem vista internamente e nem sempre tem o apoio popular nos países doadores. Pensa que por isso a ajuda externa tem que ser bem defendida, e esse processo só pode ter sucesso se os países que recebem ajuda se ajudam a si próprios, fazendo bom uso das ajudas que recebem.

A Sr.^a Bleas do BM também agradeceu a presença de todos e pediu desculpas pelo convite ter sido feito a última da hora. Disse que apesar disso todos mostraram grande interesse no assunto e disse que isso já era um bom sinal para o BM. Para concluir, disse que iria transmitir as preocupações levantadas ao BM e que faria tudo para que essas preocupações mereçam a atenção dessa instituição.

Para finalizar os trabalhos o Sr. César Barbosa da UGREP em nome do Ministério das Finanças e do Ministério do Plano, também agradeceu a participação de todos e em especial ao TIPS, na pessoa do seu coordenador.

Lista de presença dos participantes:

1.	Pedro A. Godinho Gomes	Presidência do Conselho de Ministros
2.	Agostinho Fernandes	Director Geral do BIGB
3.	Seco Sané	Director C.C.I. GETA - Bissau
4.	Babuna Djabi	Director Comercial: Djabi & Filhos
5.	António Tubento	Presidente da AGUIFEM
6.	Suleimane Djassi	Secretário executivo AGUIFEM
7.	André Soares Semedo	DGCI
8.	Califa Seidi	FUNDEI
9.	Hemitério Arlindo L. Costa	DGEI
10.	Victor Arsénio Baldé	DGEI
11.	Alfredo Pereira	DGEI
12.	Hugo Reis Borges	BCGB
13.	Carlos Correia	ADP
14.	Felicidade Brito Abelha	BCGB
15.	Filinto Barros	USAID
16.	Vitorino Soares da Gama	ANAG
17.	Malam Djassi	ANAG
18.	Mário Alfredo Mendonça	ANAG
19.	José Emílio	MF (UGREP)
20.	Seco Camará	MF (UGREP)
21.	Ernesto Dabó	GAI (M. Plano)
22.	Mamadú Badji	TIPS
23.	Jim LaFleur	TIPS
24.	John Blacken	TIPS
25.	Carmen Neto	TIPS
26.	Josué Almeida	TIPS
27.	Dauda Sow	TIPS
28.	Braima Jamanca	TIPS
29.	Joaquim Lobo de Pina	AJE
30.	Carolino Reis	AJE
31.	Elisio Carlos Gomes	CADOGO
32.	Joaquim Correia Pimentel	Emp. Pimntel
33.	Agnelo Correia	Bissaugui
34.	Cirilo Vieira	Pesca
35.	Octávio Alves	Gabinete do Primeiro Ministro
36.	Jacinto Gomes Pereira	Emp. João & Gomes
37.	Armando Gil Pereira	S.V.T. Ltda.

22